



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum39.105.AO14>

## **A presença dos estudos pós-coloniais e decoloniais na pós-graduação em psicologia no Brasil**

*The presence of the postcolonial and decolonial studies in the post-graduation in  
psychology in Brazil*

---

Magda Dimenstein  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
mgdimenstein@gmail.com

Gabriel Nascimento Silva  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Candida Dantas  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Jader Leite  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Joao Paulo Macedo  
Universidade Federal do Delta do Parnaíba

## RESUMO

Investigou-se a emergência do pensamento pós-colonial e decolonial na Pós-Graduação em Psicologia no Brasil através de uma revisão integrativa de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas em programas *stricto sensu* de pós-graduação em Psicologia. A busca ocorreu no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e resultou em 42 trabalhos. Observou-se a recenticidade dessa discussão na pós-graduação nacional em psicologia. Há destaque para o caráter colonial da Psicologia enquanto ciência e profissão que, marcado pelo universalismo, objetivismo e etnocentrismos europeu e estadunidense, produz efeitos na produção de conhecimento e nas práticas profissionais a partir da invisibilização de problemáticas e populações que sofrem os efeitos da colonialidade e da subalternização de seus saberes.

**Palavras-chave:** psicologia, pós-graduação, pós-colonial, decolonial.

## ABSTRACT

*The emergence of decolonial and postcolonial thinking in the Graduate Program in Psychology in Brazil was investigated through an integrative review of master's dissertations and doctoral theses defended in stricto sensu graduate programs in Psychology. The search took place at the CAPES Theses and Dissertations Bank and at the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations and resulted in 42 works. The recentness of this discussion was observed in the national graduate program in psychology. The colonial character of Psychology is highlighted as a science and profession that, marked by european and north american universalisms, objectivism and ethnocentrism, produces effects on the production of knowledge and professional practices through the invisibility of problems and populations that suffer the effects of coloniality and the subordination of their knowledge.*

**Keywords:** *psychology, post-graduate studies, postcolonial, decolonial*

## RESUMEN

*Investigamos el surgimiento del pensamiento poscolonial y decolonial en el Postgrado de Psicología en Brasil, a través de una revisión integradora de las tesis de maestría y doctorado defendidas en los programas de postgrado stricto sensu en Psicología. La búsqueda se realizó en el Banco de Tesis y Disertaciones del CAPES y en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones y dio como resultado 42 trabajos. Se observó la recenticidad de esta discusión en el programa nacional de postgrado en psicología. Se destaca el carácter colonial de la Psicología como ciencia y profesión, marcada por el universalismo, el objetivismo y los etnocentrismos europeo y norteamericanos, que incide en la producción de conocimientos y prácticas profesionales a partir de la invisibilización de los problemas y las poblaciones que sufren los efectos de la colonialidad y la subordinación de sus conocimientos.*

**Palabras clave:** *psicología, posgrado, poscolonial, decolonial.*

## Introdução

Analisar as modalidades de produção de conhecimento no âmbito acadêmico é crucial uma vez que, em boa medida, é o *lócus* de fomento, legitimação e validação de certos saberes na sociedade. A universidade, enquanto local de prestígio social, autoridade e poder, é um campo de tensões e disputas entre distintos corpos políticos e os variados projetos societários, dentre eles, os de cunho imperial/colonial/patriarcal (Grosfoguel, 2016).

Tais centros de produção de conhecimento abrigam autores/as situados/as em variados universos culturais, sociais e políticos. Vinculam-se às diversas linhagens teóricas e epistemológicas que promovem um importante dinamismo a fim de que os saberes academicamente construídos possam ser passíveis de constante exame crítico. Parece ter sido essa a tarefa realizada por uma miríade de pensadores/as que, alinhados/as a uma crítica dirigida aos processos de colonização vividos pelos povos africanos, asiáticos e latino-americanos, provocaram uma fratura epistêmica por meio da gestação de um conjunto de reflexões que não só possibilitou a emergência de múltiplos conceitos, mas, principalmente, denunciou os efeitos econômicos, políticos, culturais e subjetivos que a dominação colonial produziu nesses povos.

Nesse sentido, Ballestrin (2013) apresenta a emergência e desenvolvimento de importantes grupos de pensadores/as que, a partir de suas realidades socioculturais e vinculações acadêmicas e institucionais, deram visibilidade a um conjunto de fenômenos que marcam a experiência dos sujeitos colonizados. Destaca os estudos pós-coloniais, vinculando autores/as que trataram dessas questões a partir das experiências asiáticas e africanas, fundamentados em correntes pós-modernas e pós-estruturalistas, e o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, atuando fundamentalmente a partir da realidade latino-americana. A especificidade da experiência colonialista latino-americana levou ao rompimento com a tradição eurocêntrica de pensamento, fundando a crítica decolonial.

Colonialidade, nos termos de Quijano (2005), é um sistema hierárquico de classificação de saberes, locais e populações que, amparado na ideia de raça, se mantém mesmo após o término das administrações coloniais e repercute no ordenamento da

sociedade, em suas instituições, estruturas e subjetividades. A universidade, enquanto instituição social que, de modo algum, independe das complexas tramas e relações de saber/poder que configuram a sociedade capitalista contemporânea, tem funcionado como uma das estratégias mais eficazes da dominação capitalista-colonial-racista, a qual, segundo Cardoso e Coimbra (2019), produz uma espécie de epistemicídio que “visa à dominação pela destruição objetiva e subjetiva do outro. Estilhaçam-se saberes e pertencimentos visando ao controle e ao domínio” (p. 186).

No contexto da América Latina, as instituições universitárias nasceram e se desenvolveram seguindo os cânones científicos europeu e estadunidense, reproduzindo seu poder epistêmico, seu caráter colonial, elitista e etnocêntrico. Com suas pretensões universalizantes, subalternizaram formas de saber locais, modos de vida diferenciados, impactando na produção de conhecimento, de subjetividade e na perpetuação de relações sociais de dominação. A dominação pelo epistemicídio é devastadora, pois, de acordo com Alves (2019), é possível observar a “manutenção da colonialidade do poder/saber por meio das gerações expressando a predominância epistêmica da narrativa eurocêntrica” (p. 31). Ou seja, é uma perspectiva cognitiva que se forja a partir de uma memória social passada de geração em geração.

No Brasil, a criação do ensino superior público, a partir do século XIX, com a vinda da família real portuguesa, visava fortalecer as elites na colônia. As universidades nasceram com essa função e tinham o objetivo de formar quadros profissionais para ocuparem cargos administrativos, burocráticos, de serviços médicos, de engenharia e de segurança que a nova estrutura colonial necessitava. O acesso à formação de nível superior era restrito apenas às elites brancas (nobres e proprietárias de terras), as quais, além de ter espaço garantido no mercado de trabalho, mantinham seu status e prestígio social.

Assim, é incontestável o fato de que as instituições acadêmicas, há décadas, têm dado suporte intelectual às elites e funcionado como instrumento de sustentação do mito da democracia racial no país. De acordo com Domingues (2005), trata-se de uma “distorção do padrão de relações raciais no Brasil, construído ideologicamente por uma elite branca, intencional ou involuntariamente, para maquiagem a opressiva realidade de desigualdade entre negros e brancos” (p.118). Esse mito está na base das lógicas

naturalizadas que forjam as relações sociais no país e que tiveram como objetivo o branqueamento da população brasileira e a criação de mecanismos de marginalização e extermínio de pessoas negras e indígenas.

Não por acaso as modalidades de produção do conhecimento hegemonicamente desenvolvidas no âmbito da educação no país sempre estiveram a serviço do apagamento dos modos de vida locais, dos saberes periféricos e de subalternização da diferença, investimentos que forjaram processos de subjetivação associados à desqualificação e inferioridade dos povos tradicionais. Assim, é possível reconhecer “os processos de produção do conhecimento como expressão da colonialidade operando em níveis locais, ao longo das gerações, por meio da veiculação da memória genealógica da antiga elite colonial” (Alves, 2019, p.31) no âmbito acadêmico.

A Psicologia enquanto ciência moderna tem suas origens na filosofia europeia do século XIX. Foi se constituindo como um campo de saberes e práticas marcado por uma grande diversidade epistemológica, metodológica e ético-política. Em que pese tal diversidade, seu desenvolvimento no Brasil é caracterizado por uma perspectiva patriarcal, classista e dependente teórica-metodologicamente dos saberes dos países do Norte Global<sup>1</sup>. Essa marca colonialista se apresenta nos pressupostos ontológicos e epistemológicos com pretensões científicas e universalistas que orientam a disciplina e sedimentam as investigações e práticas da Psicologia.

Tal *modus operandi* da ciência psicológica tem dificultado a aproximação com certos grupos que tradicionalmente foram e continuam sendo excluídos de pesquisas e da produção do conhecimento científico e, como consequência, tem-se o apagamento também de suas produções intelectuais. Há estudos que demonstram as lacunas e invisibilizações por parte da Psicologia acerca de determinados sujeitos e campos de saber, tais como os estudos africanos (Nogueira & Guzzo, 2016), os povos e comunidades tradicionais (Carvalho & Macedo, 2018), a população negra (Veiga, 2019), as populações

---

<sup>1</sup> Entendemos Norte e Sul Global, na esteira do que propõe Santos (2009), como metáfora do sofrimento humano promovido pelo avanço do capitalismo e colonialismo. Os dois blocos refletem os modos de exploração entre centro e periferia do sistema mundial. Tal perspectiva pode até indicar distinções geográficas, mas não devem ser reduzidas a esse binarismo, pois referem-se as relações opressivas estabelecidas entre distintas nações e as consequentes expressões raciais, culturais, econômicas e políticas.

indígenas (Ferraz & Domingues, 2016), os contextos rurais (Dimenstein, Leite, Macedo, & Dantas, 2016), dentre outros. Contudo, ainda assim, é muito tímida a produção de conhecimento na área com/sobre esses corpos geopoliticamente situados na periferia do capitalismo e que historicamente enfrentam as mais variadas formas de exploração e vulnerabilidades.

Aliado a isso, vivemos um cenário desafiador nas instituições públicas de ensino. Mantidas muitos anos como lugar de privilegiados, começaram a sofrer mudanças a partir dos anos 2000, mais precisamente, nos 13 anos de governos do Partido dos Trabalhadores, em pelo menos três dimensões: 1) ampliação da acessibilidade com a Lei de Cotas (Lei nº. 12.711) e de infraestrutura com a criação de novas universidades federais e novos cursos a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); 2) a interiorização da educação superior descentrando dos grandes centros urbanos e, por fim, 3) na sua função social com as políticas afirmativas. Essas medidas foram investidas em direção à democratização social, racial, do pensamento e da produção de conhecimento.

Com as medidas acima indicadas, registrou-se um aumento do Índice de Inclusão Racial e a mudança progressiva do perfil de raça e renda dos/as graduandos/as no país (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior, 2018). Inevitavelmente, a hegemonia do paradigma epistemológico eurocêntrico vem sendo tensionada e o esforço de abertura a outras epistemologias, aos conhecimentos tradicionais e locais, com marcação étnica, racial, sexual e de gênero, demonstra que a universidade não é mais uma instituição consensual.

Atualmente, as perspectivas decoloniais têm se fortalecido, tendo em comum a percepção da educação como ferramenta que propulsiona a construção de um projeto de sociedade em que prevalece a solidariedade e justiça social entre os povos. Como parte de um projeto democrático mais amplo, a universidade pública representa hoje espaço privilegiado para a multiplicidade de vozes, de resistência, de invenção e de questionamento do instituído. Sendo assim, é um dos alvos prioritários de desmonte, desqualificação e privatização pelo governo em curso que vem demonstrando desprezo pela democracia e forte adesão às pautas discriminatórias e racistas. Neste contexto, o pensamento decolonial, que toma como foco as reverberações das experiências de

colonialidade nos corpos, saberes e modos de subjetivação, bem como suas formas de expressão através do não reconhecimento das desigualdades e injustiças sociais, ganha bastante força. Tal pensamento busca desconstruir as ideias universalistas propagadas pelo modelo imperialista ao revisar suas bases ontoepistemológicas para dar conta da realidade local ou regional, bem como das racionalidades periféricas que se fazem presentes, mas que são claramente marginalizadas.

### **Objetivos**

Desse modo, este artigo<sup>2</sup> tem como objetivo mapear as teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas em Programas de Pós-Graduação (PPGs) *stricto sensu* em Psicologia no Brasil, analisar a emergência e os usos do pensamento pós-colonial e decolonial e identificar as críticas dos autores e autoras aos paradigmas centrais da Psicologia. A escolha por investigar teses e dissertações justifica-se pelo fato dessas produções constituírem os produtos da atividade formativa da pós-graduação, sendo indispensável à obtenção dos títulos, como também pelo *locus* central que esses programas ocupam na produção de conhecimento e formação de pesquisadores/as-docentes no país.

### **Métodos**

Esse estudo trata-se de uma revisão integrativa de dissertações de mestrado e teses de doutorado que versam sobre os pensamentos pós e decolonial, produzidas em programas de pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia. A busca exploratória ocorreu durante o período de setembro a novembro de 2019 no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Ambos os portais foram escolhidos pois congregam virtualmente grande parte dos trabalhos finais defendidos nos programas de pós-graduação brasileiros. Como descritores de busca utilizamos “Psicologia” em associação a “Decolonial”, “Pós-colonial” e “Colonialidade”. Como critérios de inclusão, selecionamos teses e dissertações defendidos em PPG em

---

<sup>2</sup> Esse estudo contou com o apoio financeiro do edital Universal/CNPq de 2016.

Psicologia no país, disponíveis online e sem restrição temporal. Foram excluídos trabalhos que se repetiam e os que não discutiam o pensamento decolonial ou pós-colonial. Para o trato do material, utilizamos uma matriz a fim de categorizar os dados relativos às produções em termos de: sexo, formação acadêmica dos autores, programa de pós-graduação, ano de defesa, objetivos dos trabalhos, tipo de estudo, referencial teórico, metodologia, principais conclusões e críticas direcionadas à Psicologia.

### **Resultados e discussão**

#### **A Pós-Graduação *stricto sensu* em Psicologia do Brasil: as marcas da colonialidade**

O desenvolvimento das universidades brasileiras data da década de 1930. Anteriormente, existiam cursos superiores de cunho profissionalizante para suprir as necessidades das elites coloniais escravocratas. A pós-graduação *stricto sensu* no Brasil tem início igualmente tardio na década de 1950, com a criação da política nacional de pós-graduação, tendo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) seu principal executor e cuja missão era qualificar os docentes brasileiros para as atividades de pesquisa.

A pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia no Brasil tem início na década de 1960 no Rio de Janeiro, com a criação do primeiro curso de mestrado em Psicologia Clínica na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Costa & Yamamoto, 2016). Em pouco mais de 50 anos, destaca-se a grande expansão ocorrida na área. De acordo com o relatório da área na CAPES (2019a), observa-se um total de 92 programas ativos, dos quais 28 são cursos de mestrado, 57 são programas de mestrado e doutorado e 7 ofertam a modalidade de mestrado profissional. Mais de 70% desses programas estão vinculados à Instituições de Ensino Superior pública, sejam elas federais ou estaduais. Esses cursos estão distribuídos de modo concentrado na região Sudeste (n = 42), seguido da região Nordeste (n = 19), Sul (n = 14), Centro-Oeste (n = 12) e Norte (n = 5). Para endossar o crescimento da área, a Psicologia registrou no biênio 2017-2018 um quantitativo de 1.716 docentes (78,72% permanentes, 19,63% colaboradores e 1,57% visitantes), e do ponto de vista da formação, produziu 1.525 dissertações e 538 teses, contando, respectivamente, com 35% e 48% de estudantes bolsistas (CAPES, 2019b).



Em que pese o crescimento da pós-graduação em Psicologia no Brasil, a falta de representatividade de algumas áreas e de determinados sujeitos políticos, bem como a saturação em outras mais clássicas e alinhadas ao *mainstream* internacional, revelam as assimetrias internas à Psicologia brasileira e a desatenção à realidade e problemas locais, que associam a pós-graduação ao tratamento padronizado das questões sociais. Não à toa, observamos que os processos de internacionalização do conhecimento visando o estabelecimento de novas parcerias para a atividade acadêmica e maior visibilidade da ciência brasileira é uma realidade limitada a um pequeno grupo de programas em Psicologia e destinadas majoritariamente às pesquisas alinhadas às tradições das *hard sciences*, notadamente sobre os processos psicológicos e suas bases biológicas (Tourinho & Bastos, 2010). Já as subáreas voltadas à pesquisa aplicada ou às problemáticas psicossociais da realidade local ou regional são menos expressivas no processo de internacionalização (CAPES, 2019a). O mesmo acontece em relação à política de intercâmbio e solidariedade entre PPGs, cujo foco tem sido os países ricos do norte global, ao passo que pouco se valoriza os centros de excelência em pesquisa da América Latina, África e Ásia.

Contudo, mais grave do que essas disparidades internas ao campo, é o fato de que tanto a graduação quanto a pós-graduação em Psicologia sempre foram cursos destinados às elites brancas brasileiras. A presença não só de discentes, bem como de docentes negros/as e indígenas na área é extremamente limitada. São raros os programas de pós-graduação no país que enfrentam essa discussão, que implementaram cotas raciais, sociais, para pessoas transgênero e/ou com deficiências, e ações afirmativas em diferentes níveis. Segundo Venturini (2018), o número de programas, reunindo todas as áreas do conhecimento, com políticas afirmativas, representa aproximadamente 18% do total de programas de pós-graduação acadêmicos de universidades públicas brasileiras. Isso demonstra as barreiras de acesso existentes e a consequente hegemonia branca na pós-graduação e na docência universitária.

Outro aspecto preocupante diz respeito ao pouco conhecimento e utilização de autores/as negros/as e indígenas, à frágil reflexão sobre racismo estrutural e epistêmico, bem como sobre os efeitos do racismo na produção de subjetividade, nos modos de vida e nos processos saúde-doença-cuidado. Tudo isso é comparece de modo incipiente na

formação em Psicologia. Como diz Cordeiro (2007), “a academia brasileira fala sobre a desigualdade social, mas se recusa a discutir essa desigualdade associada ao componente racial, principalmente dos negros e indígenas” (p. 4). Assim, chamamos atenção para o fato de que a pós-graduação em Psicologia no Brasil não está desatrelada dos processos históricos voltados à reprodução das lógicas que se movem na direção do instituído, do racismo epistêmico e dos modos de produção do conhecimento que aprofundam as experiências de colonialidade.

### Categorização geral das Teses e Dissertações

Após a seleção das produções que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão restaram 42 trabalhos que constituíram o *corpus* da pesquisa.

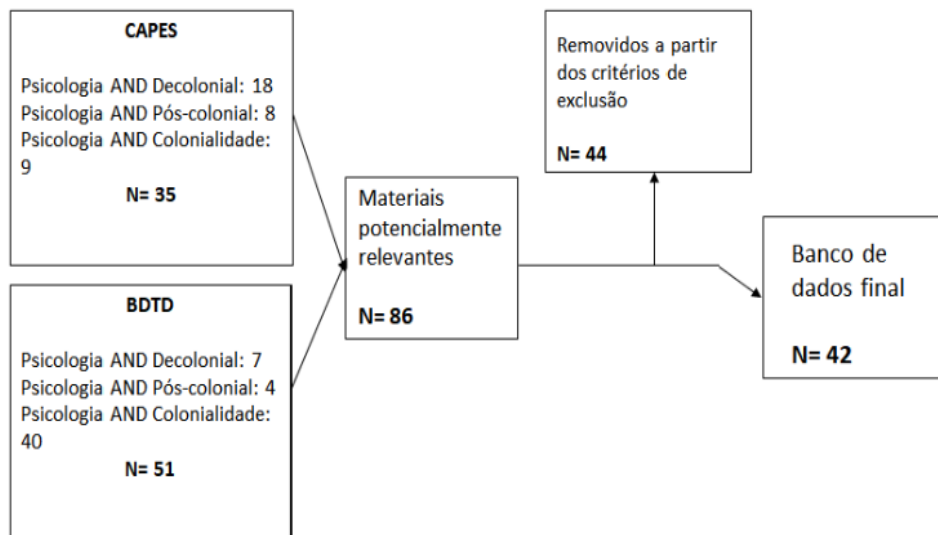


Figura 1. Processo de seleção e composição do banco de dados

Quanto aos trabalhos, 25 (60%) são dissertações de mestrado e 17 (40%) são teses de doutorado. Grande parte (2/3) dessas produções são de autoria feminina, ratificando a forte presença de mulheres na Psicologia brasileira. A formação acadêmica das/os autoras/es é, majoritariamente, em Psicologia, contudo, 15 autores possuem formação em outros campos de saber, tais como: ciências sociais, comunicação social, artes visuais, medicina, filosofia, dentre outros. Esses trabalhos foram defendidos em PPGs localizados predominantemente na região sudeste do país (67%), ao passo que as regiões sul, nordeste e centro-oeste contam com 14%, 12% e 7% das produções, respectivamente. A Figura 2 detalha esses programas.

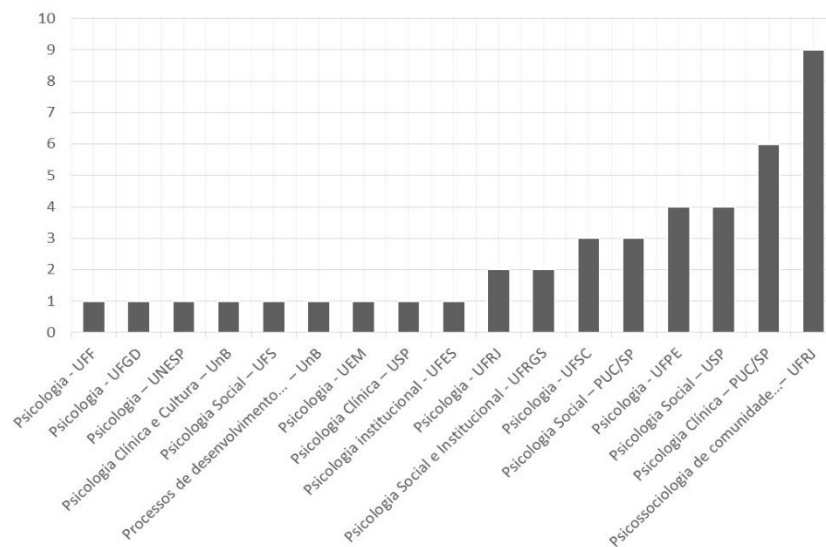


Figura 2. Programas de Pós-Graduação em Psicologia

Nota-se que a discussão aparece concentrada em alguns programas específicos localizados nas seguintes instituições: UFRJ, PUC/SP, UFPE e USP. Porém, a opção pelos estudos decoloniais parece estar chamando atenção de muitas pesquisadoras e pesquisadores, dada as produções pontuais em variados programas do país. O trabalho mais antigo encontrado data de 2012, indicando sua recente adoção na Psicologia brasileira, e partir de 2015 começam a ganhar força no cenário nacional. Nossa busca teve como limite o mês de novembro de 2019. Certamente há novas produções no ano de 2020 que serão futuramente atualizadas.

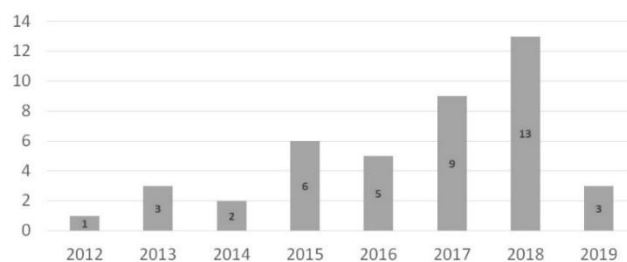


Figura 3. Ano de defesa das Teses e Dissertações

Com relação ao tipo de estudo, observamos a predominância de trabalhos de cunho empírico (67%) e 33% de estudos teóricos. Quanto ao referencial teórico-epistemológico adotado no diálogo com o pensamento decolonial e pós-colonial, se estruturam em torno de dois eixos principais: 1) Pós-estruturalismo e construcionismo social; e, 2) Estudos de gênero e feminismos, com discussões ancoradas na teoria *queer*,

nas perspectivas interseccionais e em diferentes correntes feministas tais como: decolonial, comunitária, negra, pós-estruturalista, dentre outros. Observa-se ainda pontuais diálogos com a Psicanálise, Psicologia Social, Etnopsiquiatria, Teatro do Oprimido e Estudos da Memória. No tocante às abordagens metodológicas, destaca-se a exclusiva utilização de metodologias qualitativas de pesquisa, ancoradas em diferentes estratégias de trabalho de campo.

Detendo-se nos objetivos propostos por essas autoras e autores, são recorrentes as propostas de analisar/investigar/compreender aspectos relacionados às populações indígenas, negras, pobres, rurais, diaspóricas, homossexuais, a partir da leitura sobre as opressões de gênero, de raça e culturais, bem como sobre o impacto do capitalismo e colonialismo nos modos de vida atuais. A opção pelo pensamento decolonial e pós-colonial na Psicologia parece promover um reencontro com os sujeitos subalternizados pelo projeto moderno-colonial, os quais foram invisibilizados pelas teorias hegemônicas euro-estadunidenses, abrindo espaço para o exame de suas condições concretas, histórica e geopoliticamente situadas, como também para as múltiplas visões de mundo.

### **A Psicologia brasileira sob o enfoque dos estudos pós-coloniais e decoloniais**

Quanto às principais conclusões e críticas direcionadas à Psicologia, a envergadura das questões trazidas pelos trabalhos é ampla e densa, impossível de ser esgotada neste artigo. Todavia, é possível destacar alguns eixos de tensão evidenciados no conjunto das teses e dissertações: 1) No campo epistemológico - apresentam críticas aos paradigmas tradicionais que orientam a Psicologia, que se mostram descontextualizados à realidade local, bem como discutem a hierarquização dos saberes e a universalidade do modelo eurocêntrico; 2) Sobre aspectos metodológicos - indicam a necessidade de usar estratégias participativas de pesquisa para a descolonização da produção de conhecimento; falam da implicação das pesquisadoras e pesquisadores; do corpo como instrumento de pesquisa; tomam a arte, a fotografia e o teatro como ferramentas poderosas para o questionamento dos saberes e práticas; 3) Em termos das relações de gênero, sexualidade e raça e os processos de subjetivação - abordam o modo como nos subjetivamos marcados pela colonialidade, os marcadores sociais da diferença e os desafios à desmontagem dessas engrenagens; 4) Sobre a formação em Psicologia -

tratam dos problemas históricos do campo, dos currículos ultrapassados e com ênfase em teorias euro-estadunidenses, dos projetos políticos pedagógicos dos cursos e as barreiras impostas por instituições públicas e privadas de ensino; 5) Acerca das práticas das/os psicólogas/os – problematizam o modo colonial de atuação das/os profissionais em distintos cenários e com diferentes populações; 6) Sobre as práticas docentes e estratégias pedagógicas – criticam o modo de operar e reproduzir a violência contra certos corpos e a invisibilidade de determinados sujeitos através de processos pedagógicos tradicionais e não democráticos; 7) Políticas Públicas - problematizam como as políticas são pensadas e como operam no sentido de controle e manutenção do *status quo*; 8) Em relação à produção do conhecimento - discutem a valorização e supremacia de determinados saberes, a universalidade do modelo eurocêntrico e tocam na questão da autoria e hierarquias na produção de conhecimento; e, por fim, 9) Estratégias de resistência e descolonização – trazem as estratégias teóricas, práticas e políticas de enfrentamento à colonialidade do ser, do poder e do saber, indicam a necessidade de desmonte da colonialidade das subjetividades, as rupturas e linhas de fuga dos coletivos, a fabricação de novos corpos, outras sexualidades, etc.

Para exemplificar tais eixos de problematização que mais se evidenciaram, destacamos alguns trabalhos. O de Clímaco (2012), defendido no PPG em Psicologia da UFSC, investiga o tráfico de mulheres e os estudos sobre masculinidades. A perspectiva decolonial aparece como uma lente teórica feminista que adota a perspectiva trans-histórica e transcultural dos sistemas de gênero, a fim de considerar as especificidades espaço-temporais do local investigado. O estudo focou na influência do contato colonial e as consequentes relações de exploração, dominação e opressão: a de gênero, a do trabalho, a racial e a (hetero)sexual.

São muitas as discussões que trazem como pano de fundo os estudos feministas e de gênero nessas produções. Esses trabalhos trazem a necessidade de um olhar interseccional para gênero, raça, classe e outros marcadores como variáveis co-constitutivas, mediadas por ideologias moderno-coloniais que determinam o lugar de cada um na sociedade. A própria produção de conhecimento é estruturada e regida por uma lógica epistemicida, racializada, generificada e heteronormativa que nomeia o que é legítimo para compreender, analisar e refletir.

Garavello (2017) denuncia a ferida colonial ainda aberta que produz assujeitamentos e subjuga o corpo negro e feminino. Souza (2018) destaca a estética racista entranhada no jornalismo em relação às mulheres negras usuárias de drogas, a qual está na base do atual genocídio das mesmas. Diaz (2018) discute o cotidiano de mulheres e homens guaranis indicando a ausência de hierarquias entre as diferenças de gênero. Já Costa (2015) em seu estudo com mulheres ciganas mostra os movimentos de resistência operados contra a criminalização de sua etnicidade e modos de vida. Segundo esses estudos, cabe à Psicologia redescobrir o gênero e a sexualidade a partir de epistemes periféricas e nômades e pôr em evidência a ordem estabelecida que perpassa e sustenta um discurso hegemônico, normalizador, de matriz colonizadora (Antunes, 2015; Miranda, 2018; Shuña, 2014).

Os processos de saúde/doença também são alvos de investigação e causam tensões nos paradigmas tradicionais da Psicologia baseados no modelo biomédico, individualizante, patologizante e excludente. O embate entre os saberes indígenas e o conhecimento biomédico ocidental, comentado por Lopes (2018), marca a expressão da subalternização do saber e a manutenção do colonialismo através das instituições e equipamentos de saúde que operam desde uma racionalidade eurocentrada, ignorando as cosmologias dos povos colonizados. Como consequência, tem-se uma política pública direcionada à saúde indígena que não dialoga com seu público-alvo, já que as terapêuticas tradicionais não têm a validade objetiva e o rigor positivista que a ciência e a Psicologia ainda almejam.

Ainda sobre os processos de saúde-doença, Torres (2018) traz novos diálogos sobre a filosofia e cosmovisão da cabala para a Psicologia. Produz novos entendimentos acerca desse processo, saindo de uma perspectiva centrada no corpo físico em direção a uma concepção holística, articulando as dimensões físicas e emocionais às energéticas e espirituais. De modo semelhante, Menezes (2016) disserta sobre o embate do sistema médico tradicional indiano – *Ayurveda* – e o sistema médico ocidental, focando nas implicações epistemológicas, socioculturais, políticas e psicossociais dessa relação. Os saberes tradicionais sofreram transformações a partir da institucionalização do modelo biomédico e foram tachados como superstição, não-científico e, portanto, inválido.

A ênfase no paradigma cientificista por parte da Psicologia é alvo de críticas em outros estudos. A busca pela objetividade, verdade neutra e imutável, tão cara às ciências naturais, desconsidera a ciência enquanto construção social e foca na revelação do saber, ao invés da produção de conhecimento. A apropriação instrumentalista do conhecimento psicológico reproduz essencialismos, hierarquias e naturalização dos processos observados. Contudo, os trabalhos destacam que, ainda no final do século XX, na América Latina, uma vertente crítica da Psicologia social emerge, cuja postura ético-política visa articular a produção de saber com a perspectiva de transformação social, indo na contramão com o que vinha sendo desenvolvido na Psicologia até então (Moraes, 2018).

No campo da clínica, Gerbrim (2018) aponta o racismo como um analisador importante no sentido de desmontar os processos de patologização do sofrimento vivenciado por migrantes, destacando sua dimensão sócio-política. Discute a urgência de fabricação de elementos clínicos de intervenção sustentados em uma perspectiva ética e culturalmente sensível. Já Santos (2017) faz uma crítica à sobrecodificação dos corpos e à raiz patriarcal e colonial das sexualidades. Longhini (2018) denuncia a patologização das identidades LGBTIs e faz a crítica da norma heterossexual e cisgênera presente nas práticas psicológicas, a qual é reforçada quando se trata dos corpos negros (Navasconi, 2018). As tendências teóricas e epistemológicas foram analisadas por Nogueira (2015), à luz da Etnopsiquiatria de Tobie Nathan e a semiologia de Walter Mignolo. O trabalho apresenta críticas ao etnocentrismo presente na clínica, já que as principais teorias estão ancoradas em ontologias e hermenêuticas ocidentais. Os conceitos utilizados são impostos ao outro e capturam sua experiência para que seja traduzida nos moldes das teorias conservadoras, favorecendo a colonização das subjetividades multiétnicas. O diálogo com as teorias pós-coloniais, conforme o autor, pode promover a constituição de um novo sujeito epistemológico gerado a partir das fronteiras e a reestruturação dos regimes de verdade através do conhecimento das singularidades do sujeito, da historicidade e do local de sua enunciação.

A Etnopsiquiatria é tema também investigado por Conceição (2013) que, em consonância com o pensamento fanoniano, entende os saberes psicológico e psiquiátrico vinculados ao cenário histórico, político e cultural, e tem o corpo contextualizado como

ponto de partida. Tal perspectiva, ao integrar psiquismo e cultura, redimensiona as compreensões acerca das psicopatologias e, conseqüentemente, na forma de abordá-las. Um posicionamento ontológico enraizado na cultura, a partir de seus dispositivos reguladores e sistemas explicativos, abre espaço para a compreensão do sofrimento humano na contemporaneidade, levando em conta as marcas constitutivas do povo brasileiro.

A formação em Psicologia é posta em xeque ao dar grande ênfase às teorias europeias e norte-americanas (Brandão, 2017; Viana, 2017). O processo formativo é tema abordado por Chagas (2017), o qual comenta sobre a dissonância entre a formação em Psicologia e a realidade sociocultural brasileira. Os currículos ainda estão pautados por uma ênfase no modelo clínico-privatista que não contempla os cenários de precarização que atingem grandes contingentes da população, notadamente as desigualdades sociais e as violências sociopolíticas. O autor ressalta que existem muitas produções acadêmicas atentas a esse cenário, porém, esses conteúdos não são difundidos no processo formativo. Há uma ordem discursiva que legitima determinados conhecimentos em detrimento de outros.

Tal discussão, presente em muitos trabalhos, nos remete à Menezes, Lins e Sampaio (2019) que comentam sobre os assuntos e autores considerados clássicos e autoridades em uma determinada área e nos interrogam: “quem elege os clássicos e a partir de quais perspectivas e realidades?” (p. 3). A ênfase em tais conteúdos escolhidos para compor os currículos dos cursos traz consigo a herança do eurocentrismo conceitual que limita nossa compreensão acerca dos fenômenos psicológicos. Esse conhecimento difundido se reduz às produções de homens brancos pertencentes ao eixo EUA-Europa, desvaloriza as produções daqueles que estão em países periféricos, dos não-brancos e mulheres, contribuindo para a manutenção e cristalização da colonialidade epistêmica e assujeitamento das subjetividades dentro da maquinaria do poder (Passini, 2017; Tonelli, 2017).

A questão racial também é amplamente abordada nas dissertações e teses. As críticas se dirigem ao fato de a Psicologia silenciar e produzir invisibilidades frente ao sofrimento da população negra, bem como reforçar estereótipos raciais que vigoram até hoje. A ciência psicológica é dominada pela branquitude que impõe uma voz única, que



fala sobre os corpos negros e indígenas, que deixa de problematizar e de produzir uma luta antirracista (Albuquerque, 2017; Leal, 2019; Navasconi, 2018; Tralci Filho, 2019; Viana, 2017). Frias (2019) pontua que as linhas de pesquisa que atuam na interface Psicologia e relações étnico-raciais ainda são incipientes e não estão consolidadas no país. Na busca pela descolonização, apresenta a Psicologia africana, a qual se posiciona contrariamente à hegemonia eurocêntrica, racista e brancocêntrica que domina a ciência. Adotar a perspectiva negra na ciência psicológica é um ato político de indignação frente às sutilezas do colonialismo que mantêm as lógicas de opressão, porém, com novos modos de operar.

O caráter etnocêntrico da Psicologia se expressa ainda na dificuldade para se aproximar das populações indígenas. Somente a partir dos anos 2000 é que se identifica algumas produções nesse campo. As primeiras aproximações trouxeram compreensões objetificantes sobre os/as indígenas a partir de um imaginário social que idealiza e/ou inferioriza os povos indígenas e seus modos de vida (Miranda, 2018; Viana, 2017). Lopes (2018) traz o termo “psicólogo colonial” para representar as concepções eurocentradas que subsidiam as intervenções teórico-práticas em Psicologia, embasadas a partir da exotização do Outro, no intento de modernizar ou civilizar a população indígena.

Diante do quadro apresentado, nota-se que a Psicologia brasileira começou a questionar suas formas de pensar e suas práticas a partir da realidade latino-americana, problematizando a colonialidade do poder, do saber e do ser, que é atualizada no cotidiano. Contudo, Gorjon (2018) questiona a ausência de discussão sobre o impacto da colonialidade na produção de subjetividade. Esses estudos tratam dos esforços necessários para repensar as bases epistemológicas, metodológicas e os posicionamentos ético-políticos da Psicologia enquanto ciência e profissão.

### **Considerações finais**

A crítica decolonial vem ganhando notoriedade na Psicologia na última década. Consideramos que esse crescimento está diretamente associado à implementação de ações afirmativas, seja na graduação, seja na pós-graduação em Psicologia. Entretanto, essa suposição será melhor justificada em futuras investigações. No âmbito da graduação,

com exceção da PUC-SP, todas as outras IES citadas nesse estudo (n = 12) possuem políticas de cotas raciais, sociais, assim como para pessoas com deficiências. Essa última modalidade está ausente na UFF, UNESP, USP, PUC-SP e UEM.

Nos programas de pós-graduação *strictu sensu* a perspectiva decolonial têm aparecido de forma gradativa. Das instituições que já adotaram ações afirmativas na graduação (n = 12), 06 ainda não as implementaram no nível da pós-graduação. Contudo, não surpreende o fato de que a maior parte das produções identificadas tenha vinculação institucional exatamente nos PPGs que têm políticas de cotas e ações afirmativas implementadas em diferentes modalidades. Dos 17 PPGs citados, 08 possuem tais políticas, seja nas modalidades racial (UFF, UFRJ, UFES, UFRGS, UFGD, UNESP, UFS), social (UFF, UFGD, UFRGS), de necessidades especiais (UFF, UFGD, UFRGS, UFS), seja para pessoas transgêneros (UFF, UFRJ, UNESP, UFRGS). Em relação à raça/etnia dos 42 autores, 05 se autodeclararam negros e 10 brancos.

Foi possível identificar que as teses e dissertações, embora estejam embasadas nas perspectivas decoloniais e pós-coloniais, mantêm diálogos com diversas correntes teóricas e filosóficas. O ponto que une tais investigações é a necessidade de romper com o universalismo e etnocentrismo presente nas principais teorias psicológicas, como também reconhecer e aproximar problemáticas e populações invisibilizadas pela Psicologia. Entretanto, Nogueira (2015) faz a ressalva de que a “crítica e as teorias pós-coloniais são lidas, comentadas, elogiadas, mas não praticadas, permitindo que perdurem os efeitos perniciosos do colonialismo interno, herança da estrutura do poder implementada pelo imperialismo ocidental” (p. 112). Apesar de serem obras cada vez mais conhecidas no Brasil, poucos acadêmicos usam dessa crítica para analisar nossa relação com os “países desenvolvidos” e os impactos no cotidiano, nas nossas práticas profissionais, na docência e nos modos de fazer pesquisa.

Cada um dos eixos problematizados pelo conjunto dos autores merece ser examinado de modo mais detalhado em futuros trabalhos. Esperamos com essa reflexão contribuir para reforçar as alianças existentes contra o caráter colonial da Psicologia e a perpetuação de saberes e práticas racistas, pois, como diz Veiga (2019), “O sucesso da colonização se baseia na capacidade não apenas de colonizar territórios geográficos, mas na capacidade também de colonizar territórios existenciais, o inconsciente” (p. 244).

## Referências

- Albuquerque, M. P. (2017). *Corpo em devir: entre a floresta e a cidade* (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo). Recuperado de [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5524912](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5524912)
- Alves, H. C. (2019). Colonialidade do saber e conflitos de memórias no espaço público. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(spe), 195-200. doi: [10.22409/1984-0292/v31i\\_esp/29050](https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29050)
- Antunes, M. S. X. (2015). *Ciberativismo, identidade política e metamorfose humana* (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo). Recuperado de [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=2386994](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2386994)
- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (ANDIFES) (2018). V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. Recuperado de <http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/>
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, pp. 89-117.
- Brandão, S. N. (2017). *A educação pluricultural na Vila Esperança: caminhos, tramas e diálogos do tornar-se sujeito* (Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília). Recuperado de [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5005929](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5005929)
- Cardoso, Á. A., & Coimbra, C. M. B. (2019). Banzeirar: fazendo ribeirinhas certas práticas ditas de cuidado. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(spe), 185-194. doi: [10.22409/1984-0292/v31i\\_esp/29027](https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29027)

- Carvalho, A., & Macedo, J. P. (2018). Povos e comunidades tradicionais: revisão sistemática da produção de conhecimento em Psicologia. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 20(3), 180-197. doi: 10.5935/1980-6906/psicologia, v20n3p198-215
- Chagas, R. S. (2017). *Sabe com quem você está falando? A ausência de Conhecimentos multiculturais na formação de psicólogos* (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo). Recuperado de [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5024442](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5024442)
- Clímaco, D. A. (2012). *Tráfico de mulheres, negócios de homens: leituras feministas e anti-coloniais sobre os homens, as masculinidades e/ou o masculino* (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis). Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92917>
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES]. (2019a). Documento de área. Área 37: Psicologia. Recuperado de [http://www.capes.gov.br/images/Documento\\_de\\_%C3%A1rea\\_2019/PSICOLOGIA](http://www.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/PSICOLOGIA).
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES]. (2019b). Relatório do Seminário de Meio Termo (Quadriênio 2017-2020) – Área 37: Psicologia. Brasília, DF: Ministério da Educação. Recuperado de [http://www.capes.gov.br/images/Documento\\_de\\_%C3%A1rea\\_2019/PSICOLOGIA](http://www.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/PSICOLOGIA).
- Conceição, A. C. (2013). *Etnopsiquiatria: histórico e evolução* (Tese de doutorado, Instituto em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro). Recuperado de [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=132414](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=132414)
- Cordeiro, M. J. J. A. (2007). *Três anos de efetiva presença de negros e indígenas cotistas nas salas de aula da UEMS: primeiras análises*. p. 1-37. Recuperado de

- [http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/uems\\_capliv\\_2007\\_MJJAC\\_ordeiro.pdf](http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/uems_capliv_2007_MJJAC_ordeiro.pdf)
- Costa, C. V. F. (2015). *Ciganas em movimento: Um estudo sobre a autonomia e emancipação social de mulheres calins e suas práticas nômades no interior do Rio de Janeiro* (Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro). Recuperado de [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3480709](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3480709)
- Costa, A. L. F., & Yamamoto, O. H. (2016). 50 anos de pós-graduação stricto sensu de psicologia no Brasil: notas sobre seu processo de constituição (1966-2015). *Memorandum* (31), 133-160. Recuperado de <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6432>
- Diaz, E. M. P. V. (2018). *A re-existência do cotidiano: imagens e mulheres guarani mbya* (Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro). Recuperado de [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=6892996](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6892996)
- Dimenstein, M., Leite, J. F., Macedo, J. P. S., & Dantas, C. (Orgs.) (2016). *Condições de vida e saúde mental em contextos rurais*. São Paulo: Intermeios.
- Domingues, P. (2005). O Mito da Democracia Racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). *Diálogos Latinoamericanos*, 10, 116-131.
- Ferraz, I. T., & Domingues, E. (2016). A Psicologia Brasileira e os Povos Indígenas: Atualização do Estado da Arte. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(3), 682-695. doi: 10.1590/1982-3703001622014
- Frias, R. R. (2019). *Metamorfoses identitárias de lideranças religiosas não iorubás inspiradas no convívio com lideranças religiosas iorubás* (Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-19072019-153237/pt-br.php>
- Garavello, N. D. R. (2017). *Contracoágulo* (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo). Recuperado de

- [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5150172](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5150172)
- Gorjon, M. G. (2018). *Os ventos do norte não movem moinhos: arte contemporânea e feminismos descoloniais/decoloniais* (Dissertação de mestrado, Pós-graduação em Psicologia, Universidade Estadual Paulista, Assis). Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/157346>
- Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, 31(1), 25-49. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>
- Leal, A. B (2019). *Encontros com um brasil afro-pindorâmico: processo formativo de pesquisa contra colonial em terras indígenas no Espírito Santo* (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória). Recuperado de <http://repositorio.ufes.br/handle/10/11290>
- Longhini, G. D. N. (2018). *Mãe (nem) sempre sabe: existências e saberes de mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais* (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis). Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189944>
- Lopes, D. C. (2018). *Atenção diferenciada à saúde indígena: biopolítica e territorialidades no polo base de Dourados, MS* (Dissertação de mestrado, Programa de pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados). Recuperado de <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1125>
- Menezes, B. S. (2016). *Testado pelo tempo: pós-colonialismo e a promoção do Ayurveda “puro” em uma clínica em Kerala, Índia* (Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro). Recuperado de [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4111295](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4111295)

- Menezes, J. A., Lins, S. S., & Sampaio, J. V. (2019). Provocações pós-coloniais à formação em psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 31, 1-9. Doi: [10.1590/1807-0310/2019v31191231](https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31191231)
- Miranda, D. S. (2018). *Subjetivação afroamazônida* (Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói). Recuperado de [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=6756280](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6756280)
- Moraes, J. C. (2018). *Educação Explodida: por outras paisagens no pensamento e na vida* (Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro). Recuperado de [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5707828](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5707828)
- Navasconi, P. V. P. (2018). *Vida, adoecimento e suicídio: Racismo na produção do conhecimento sobre Jovens negros/as LGBTTI* (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá). Recuperado de <https://docplayer.com.br/83710879-Universidade-estadual-de-maringa-centro-de-ciencias-humanas-letras-e-artes-departamento-de-psicologia-programa-de-pos-graduacao-em-psicologia.html>
- Nogueira, P. L. L. (2015). *Entrerre meu coração no limiar de Outro Ocidente: insumos epistêmicos para o pensar das psicoterapias no Brasil, oriundo do diálogo interdisciplinar entre a Etnopsiquiatria de Tobie Nathan e a Gnosiologia Liminar de Walter Mignolo* (Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília). Recuperado de [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19847/1/2015\\_PedroLouren%C3%A7odeLunaNogueira.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19847/1/2015_PedroLouren%C3%A7odeLunaNogueira.pdf)
- Nogueira, S. G., & Guzzo, R. S. L. (2016). Psicologia Africana: diálogos com o Sul Global. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, 1(2), 197-218. doi: 10.22456/2448-3923.66828
- Passini, P. M. (2017). *Políticas de subjetividade: reflexões entre o colonialismo e o cinema no Brasil* (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo). Recuperado de

- [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5148350](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5148350)
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais* (pp. 107-130). CLACSO: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina.
- Santos, B. S. (2009). Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In B. de S. Santos; M. P. Meneses (Orgs.). *Epistemologias do Sul* (pp. 23-71). Coimbra: Almedina.
- Santos, V. K. (2017). *(AS)Sexualidades: processo de subjetivação e resistência* (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo). Recuperado de
- Souza, A. C. N. (2018). *Produção jornalística sobre mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas em Recife/PE: Esse corpo de lama que tu vê* (Dissertação do mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife). Recuperado de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33919>
- Shuña, R. P. B. (2014). *Diálogos sobre sexualidade com os/as adolescentes/jovens de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – PE* (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife). Recuperado de [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=1064804](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1064804)
- Tonelli, L. A. F. (2017). *Cartografias da aridez: um experimento de escrita clínica* (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo). Recuperado de [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5151600](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5151600)
- Torres, M. C. L. (2018). *Circulando nas narrativas dos círculos de mulheres: violência de gênero e memórias sociais* (Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro). Recuperado de



- [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=6910815](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6910815)
- Tourinho, E. Z., & Bastos, A. V. B. (2010). Desafios da Pós-Graduação em Psicologia no Brasil. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(Supl. 1), 35-46. doi: [10.1590/S0102-79722010000400005](https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000400005)
- Tralci Filho, M. A. (2019). “*Atleta negro, psicólogo branco*”: racialização e esporte na visão de profissionais de psicologia (Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo). Recuperado de [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-15082019-151739/publico/tralci\\_corrigida.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-15082019-151739/publico/tralci_corrigida.pdf)
- Veiga, L. M. (2019). Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(esp.), 244-248. doi: [10.22409/1984-0292/v31i\\_esp/29000](https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000)
- Venturini, A. C. (2018). *Ações afirmativas para a Pós-Graduação e padrões de mudança institucional*. 42º Encontro Anual da ANPOCS. <http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-3/gt-31/gt24-20/11321-acoes-afirmativas-para-pos-graduacao-e-padroes-de-mudanca-institucional/file>
- Viana, I. (2017). *Entre fronteiras: re-existência Laklãnõ/Xokleng em uma universidade pública* (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis). Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/182719/349861.pdf;jsessionid=3415617D84177BD546B31E45E93946D5?sequence=1>